010ª SESSÃO ORDINÁRIA 25FEVF2019

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em função da Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Clàudio Janta, no período de 19 de fevereiro a 1º de março de 2019, o suplente Toninho do Taxi, em função da impossibilidade de os suplentes Giovane Byl e Vilmar Fraga da Silva assumirem a vereança, assumirá no lugar do Ver. Clàudio Janta. Solicito ao suplente Toninho do Taxi que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Toninho do Taxi prestará a seguir.

SUPLENTE TONINHO DO TAXI (SD): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo". (Palmas.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Declaro empossado o Ver. Toninho do Taxi. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Ver. Toninho do Taxi. V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.
O Ver. Toninho do Taxi está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR TONINHO DO TAXI (SD): Boa tarde a todos; Presidente Mônica Leal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. É uma honra estar nesta Casa em que tanto estive pedindo, como cidadão comum, auxílio aos senhores, e hoje muito me honra estar aqui com vocês todos. Então, quero agradecer ao meu partido, Partido Solidariedade. Em nome do Janta, sou suplente dele, quero desempenhar um trabalho nesta Casa junto aos senhores, em todo o tempo de mandato em que estiver nesta Casa. Estou à disposição

dos senhores e da população também, aguardo no gabinete, aguardo na Câmara para qualquer dúvida, para qualquer coisa que venham a precisar no meu mandato aqui. Quero agradecer a todos desde já e faço parte desse quadro que muito nos honra em Porto Alegre, que é a Câmara de Vereadores. Muito obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

Vereador Ricardo Gomes (PP): Sra. Presidente, só para fazer constar da Ata, que o deslocamento para as minhas viagens que foram apregoadas agora se dará sem ônus para o poder público não apenas de diárias, como também de passagens. Eu viajo por convite, portanto, sem gasto de recursos públicos na viagem. Só para esclarecer. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, Ver. Ricardo Gomes. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Comissário Rafão Oliveira está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR COMISSÁRIO RAFÃO OLIVEIRA (PTB): Sra. Presidente, minha amiga e vereadora Mônica Leal; meus colegas, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pessoal da galeria, público da televisão, demais presentes; eu assumo, neste ano, esse mandato legislativo e gostaria, antes de mais nada, de agradecer a acolhida de todos os colegas, que sempre foram muito prestativos, mesmo quando eu assumi, interinamente, esta cadeira. Esta Casa sempre demonstrou uma educação irretocável e uma prestação de fraternidade e acolhimento a este Vereador de forma exemplar, a mesma que eu quero devolver aos senhores com a minha assessoria e com a minha presteza.
Pois bem, eu venho de uma vida, de uma profissão, sou policial por vocação, venho de uma família de policiais: meu pai, delegado; meu avô, do Exército; meus tios, delegados de polícia, agentes de polícia. Eu sou, há 27 anos, policial civil e sou professor da Academia de Polícia, nas cadeiras de Operação Especial, de Tiro e Defesa Pessoal. Pois bem, pessoal, a minha vocação sempre foi proteger e salvar vidas, combater a violência, combater o crime, combater a tirania, a crueldade e a covardia. Algo que nós temos em

comum aqui, mas eu não poderia deixar de tocar num assunto: a Venezuela. Não podemos, aqui, ficar à parte de uma ditadura socialista que vem assolando milhares e milhares de seres humanos. Não podemos ficar aqui quietos, no silêncio dos covardes, daqueles que utilizam esse tipo de pessoa apenas para falar quando estão no poder. Quando há algum tipo de crise, algum tipo de genocídio, esses ficam calados. Senhores, o caso da Venezuela é um caso típico de um país que foi desarmado, deixando a sua população civil sem nenhum tipo de reação. Estamos vendo ali a população enfrentando um exército armado, jogando pedras. Vemos um governo totalmente ditador e desumano, impedindo que chegue comida e remédio. Não é possível que este vereador fique calado. Não é possível que o Brasil fique calado. Algumas pessoas aqui se sentem confortáveis com o seu silêncio, elas não me surpreendem; mas a nós, do bem, que honramos a lei e a ordem, a nós não cabe esse silêncio. Em contrapartida, admira-me muito que os órgãos de imprensa nunca, nunca se referiram, Ver.ª Mônica, ao ditador Maduro como um ditador socialista. Nunca, nunca, nunca se referem a Maduro como um ditador socialista! Realmente, ele conseguiu cumprir o seu plano socialista-comunista, deixar o seu povo na miséria, deixar o seu povo morrer, impedindo, de qualquer sorte, a ajuda internacional humanitária. Senhores, fica aqui o registro dessa covardia enorme.

Vereador Ricardo Gomes (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Primeiro, agradeço o aparte, saúdo V. Exa. pelo tema. Acho que a crise que o Brasil, em sua fronteira, testemunha não é uma crise brasileira, é uma crise na qual o Brasil dá testemunho ao assistir o que se passa do lado de lá da fronteira com a Venezuela. V. Exa. está corretíssimo, não é só um ditador – dizer que é um ditador é esconder metade da história. É um ditador socialista, e, para a construção desta ditadura, contribuíram aqui no Brasil aqueles partidos e aquelas pessoas que lhe deram apoio ideológico. Porque nunca, em nenhum lugar do mundo, o socialismo terminou em outra coisa que não fosse em ditadura, fome e guerra. Essa é a marca, é a consequência das ideias que foram, daqui do Brasil, fomentadas, inclusive com remessas, remessas e remessas de dinheiro público, através do BNDES, para sustentar esse governo ditador de Maduro. Dizer que Maduro traiu Chávez, como temos lido em alguns lugares, é não conhecer a história. Chávez não poderia acabar em outra coisa, o regime chavista não poderia acabar em outra coisa que não no regime de Maduro. Sempre que foi implementado o socialismo,

resultou em fome, miséria, guerra e ditadura. Portanto, V. Exa. está coberto de razão, eu o parabenizo. E não podemos, aqui no Brasil, esquecer quem foram os cúmplices dessa história de quase genocídio do povo venezuelano, povo irmão, que passa fome e não tem direito ao livre voto e à livre expressão da sua opinião. Parabéns.

VEREADOR COMISSÁRIO RAFÃO OLIVEIRA (PTB): Muito obrigado, Ver. Ricardo Gomes. Concordo plenamente com a explanação de Vossa Excelência.

Pois bem, passando essa triste página, eu não poderia deixar aqui de mencionar um outro assunto que me preocupa muito e, aqui, como comissário de polícia, como missão do meu mandato, com todos esses anos que tive e que tenho na segurança pública, como operador da segurança pública, tenho que colaborar, contribuir para a segurança pública desta Cidade. Agora é o período de volta às aulas, e o que mais preocupa a comunidade escolar? Primeiro, a doutrinação em sala de aula, que é uma coisa a ser combatida veementemente; segundo, os professores em sala de aula; terceiro, a qualidade de ensino, e a segurança nas 99 escolas municipais. Todos são aspectos da mais alta relevância, mas, sem segurança, nós não vamos ter educação, e sem educação não há escola. Em 2018 foram mais de 20 casos graves de ataques e de violência dentro de escolas – repito: em 2018 tivemos mais de 20 ataques violentos dentro de escolas! Foram brigas entre alunos, venda de drogas nas proximidades das escolas, agressões e ameaças aos professores. É inadmissível que a escola esteja em tamanha condição de vulnerabilidade.

O que fazer, então? Há uma questão conceitual que deve estar muito bem consolidada: o professor é, sem dúvida, a autoridade dentro da sala de aula, e essa autoridade deve ser exercida e respeitada pelo aluno. E tem que fazer valer! Ninguém pode praticar qualquer ato contrário a esse preceito. Na pedagogia do oprimido, tornou-se a escola o local onde limites intransponíveis foram deixados de lado. Quando se fala em democratização de escola, fala-se em participação. Isso é válido, mas a autoridade dos gestores em uma base disciplinar justa e equânime é indispensável. É fundamental que a presença da patrulha escolar seja incorporada à rotina das escolas. A amplitude das missões não permite que se tenha uma presença em tempo integral, porém o efetivo dedicado exclusivamente a este fim é indispensável. Realizar programas educativos de prevenção primária à violência, os conselhos de prevenção à violência das escolas, facilidade para

comunicar atos de violência, mapeamento das condutas criminais e disciplinares para uma pronta intervenção por parte dos órgãos de segurança, conselho tutelar, saúde e proteção social, pronta resposta em qualquer evidência ou sinal de atos de violência, uma rede de apoio às escolas, tudo isso é necessário para que possamos prevenir a violência e garantir a autoridade do professor.

Quais os modelos mais bem sucedidos de ensino? As escolas militares obtêm os melhores resultados no sistema de avaliação do ensino público. E por quê? Os professores são os mesmos da rede pública, sem diferenciações salariais. Os alunos estão na mesma faixa etária, em sua maioria estudantes da rede pública. A hierarquia e a disciplina é o diferencial! Os alunos são os responsáveis por auxiliar na manutenção dos espaços em comum, cultuam valores e princípios elevados de respeito ao País, à família, aos professores e colegas. As regras de convivência são claras e rigorosamente observadas. Condutas atentatórias ao sentimento de dever são prontamente apuradas. Os atos meritórios, desempenho escolar, assiduidade, apresentação pessoal, performance e atividades esportivas e culturais são valorizados e pontuados. O convívio é construtivo, baseado no respeito a si e ao próximo. *Ranking* das escolas públicas e privadas do Rio Grande do Sul: as escolas militares – Colégio Tiradentes, da Brigada Militar; e Colégio Militar – estão entre as 21 melhores escolas do Estado do Rio Grande do Sul, a maioria da rede privada. As escolas militares estão entre as 21 melhores escolas do Rio Grande do Sul, entre estaduais e privadas.

Eu tenho alguns dados tristes que, se depender de mim, não ocorrerão mais, porque vou trabalhar intensamente este ano para reverter esse quadro. Ver. Mendes, eu sei que o senhor tem uma pauta a respeito desse assunto, quero parabenizá-lo também. Senhores, nove professores são agredidos em Porto Alegre em 14 dias. Prestem atenção: nove professores são agredidos em Porto Alegre em catorze dias. Os relatos de agressão são contra professores e estão cada vez mais comuns em Porto Alegre. Em catorze dias, nove docentes foram vítimas de ataques por familiares de alunos. Os servidores foram agredidos fisicamente, com socos, empurrões, com móveis e também verbalmente, com ataques, inclusive, racistas e homofóbicos. Senhores, não é possível que a instalação da indisciplina, da falta de hierarquia, do total respeito ao professor sejam ainda fomentados como foram em outros governos, como forma de destruir completamente a estrutura da sociedade, começando pela escola, chegando à família e aos costumes sociais.

Dessa maneira, encerro a minha fala e me comprometo com os senhores e com todos os cidadãos porto-alegrenses a fazer com que a educação nesta Cidade, neste Estado, juntamente com a segurança, sejam uma real prioridade, sem ideologia, mas com a ideologia do ensino e do conhecimento, do desenvolvimento cultural, da lei e da ordem. Muito obrigado a todos.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Boa tarde, Presidente Mônica, Srs. Vereadores, todos aqueles que estão presentes no plenário e que nos assistem pela TVCâmara. O Brasil, hoje, respira uma nova atmosfera, atmosfera da paz, da ordem, da organização do caos que até então foi feito pelo governo esquerdista, que, durante 16 anos, ficou neste País. Por que falo isso? Porque hoje estamos assistindo aqui, na América do Sul, ao contrassenso absurdo, o massacre de seres humanos. Ora, este final de semana foi noticiada, por todos os veículos, a questão desumana que o governo Maduro fez, trancando as fronteiras, para que a assistência humanitária, de alimentos, de remédios, como já foi referida pelo colega Rafão, pudesse chegar aos milhares e milhares de seres humanos venezuelanos que estão padecendo. O governo tinha que dar toda a estrutura para que os seus patriotas pudessem desfrutar de uma estrutura governamental, eles estão sendo vitimados pela ditadura, pela falta de coerência de um governo que vem para a mídia dizendo que fechou a fronteira porque é um ato de humilhação para o governo receber ajuda. Ora, anos atrás, o governo brasileiro mandou para a Venezuela milhares e milhares de reais, investindo ali dólares, e aquela ajuda, aquele repasse não foi tido como humilhante. Hoje está sendo um ato de humilhação para o governo que alimento e medicação possam ser repassados. Então, é um contrassenso, é um discurso totalmente equivocado do governo para justificar o injustificável. É um governo que não tem um olhar para aqueles que pertencem a ele mesmo.
Nesta tarde eu levanto a minha voz por quê? Porque este Parlamento Municipal tem expressão, tem respeito e credibilidade. Por isso a voz de cada um de nós chega a lugares com um peso de consciência. É importante fazermos coro, para que cada um de

nós possa defender a questão humanitária do direito à civilidade e, sobretudo, a questão do direito à vida, que é a alimentação e medicamentos para aqueles que mais necessitam. Reforço o que já dito pelo colega Rafão, que nós venhamos a não nos calar e não nos omitir com o silêncio, que nós venhamos erguer a nossa voz em prol dos nossos vizinhos, que hoje sofrem aquilo que nós poderíamos vir a sofrer, caso o governo do PT conseguisse ter êxito na eleição em que obtiveram a derrota, que foi a vitória do povo brasileiro e de um povo que acredita num futuro promissor. Muito obrigado, que Deus os abençoe.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo Especial.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver.ª Mônica, ilustre Presidente desta Casa. Há uma figura regimental no sentido de que, quando o vereador tem uma representação, ele dispõe de cinco minutos no seu retorno, ou para fazer o relatório por escrito, ou apresentar aos seus pares na tribuna. Então, eu me valho desse dispositivo, em primeiro lugar, para cumprimentar a Presidente e desejar muito êxito na sua gestão ao longo deste ano de 2019. Cumprimento os meus colegas vereadores, porque é a primeira sessão de que eu estou participando neste ano legislativo que se inicia. Então, quero desejar sucesso a todos nós.
Eu quero rapidamente dizer que, ainda ao final do ano passado, fui convidado, Ver.ª Mônica – V. Exa. também foi, acabou declinando do convite –, pela nossa Marinha do Brasil, para que nós compuséssemos, representando a cidade de Porto Alegre, a missão brasileira de apoio à presença do Brasil no continente Antártico. Eu quero então, rapidamente, falar a respeito disso e da sua importância, porque me comprometi com a própria Marinha de compartilhar com os colegas vereadores e com a população de Porto Alegre, de um modo geral, a importância da nossa presença no continente Antártico.
De início, quero cumprimentar a Marinha do Brasil e agradecer pelo convite; mais do que isso, agradecer pelo heroísmo da presença dessa força naquele continente inóspito, obviamente – todos os países que têm projeção e têm pensamento estratégico estão lá no continente Antártico. No Estadão de ontem, há uma matéria bastante grande a respeito

da presença do Brasil e de outros países, que eu trouxe aqui e posso disponibilizar aos colegas. São 29 países, hoje, que têm presença no continente Antártico, e eu fiz questão de trazer para cá, porque levei a nossa bandeira de Porto Alegre e deixei a nossa bandeira de Porto Alegre registrada lá na Antártida.

Antártida é, senhores, o único continente do planeta que não tem um domínio ou uma projeção territorial de algum país. A Argentina reclama um território Antártico, inclusive coloca nos seus livros escolares a sua presença na Antártida; o Chile reclama um território na Antártida; a Inglaterra reclama um território na Antártida; os Estados Unidos da América reclamam; a Austrália reclama; a Nova Zelândia reclama; a Rússia reclama. Exatamente para dirimir essas questões, exatamente pelos recursos naturais que existem na Antártida, que são compostos de petróleo, gás, terras raras e outros tantos recursos naturais, é que, no âmbito das Nações Unidas, ficou definido que até no ano de 2048 não haverá a possibilidade de nenhuma espécie de exploração mineral e de nenhum domínio territorial na Antártida. Em 2048, portanto, daqui a 30 anos, novamente todos os países haverão de sentar, mas os países que decidirão a respeito da sua presença e da possibilidade de território na Antártida serão os que hoje, desde o início do programa Antártico, já têm as suas estações, que servem tão somente para pesquisa científica.

O Brasil tem a estação Comandante Ferraz, que incendiou há dois anos – o Tonico, nosso colega da fotografia, já teve a oportunidade de ir lá. E a sensação que a gente tem é que, literalmente, estamos chegando a um outro planeta. É fantástico por tudo, coisas que a gente não sabe e que só a possibilidade de conhecer nos dá. A Antártida é o continente mais montanhoso do nosso planeta – isso eu não sabia –, portanto, há as próprias dificuldades da exploração desse território. A Antártida tem uma camada de gelo que, na média, é de quatro quilômetros sobre a terra. E, quando a gente olha para o Polo Norte, a gente imagina que no Polo Norte possa haver também um continente. E o Polo Norte não tem continente! Polo Norte é simplesmente um território gelado, lá é uma camada de gelo. Diferentemente aqui da Antártida, que é um continente quase do tamanho da América do Sul toda. E é esse continente que é disputado. Ele foi descoberto pela Rússia em 1820, numa primeira navegação, e desde então várias e várias navegações e expedições se dedicam a explorar, a conhecer e a marcar a sua presença no continente Antártico.

Aqui no Rio Grande do Sul, para os senhores terem uma ideia, Porto Alegre, a nossa cidade, está mais próxima do continente Antártico do que Manaus, na Amazônia. O Brasil é o sexto país do mundo mais próximo do continente Antártico. Aqui no Rio Grande do Sul, especialmente a Universidade Federal do Rio Grande, a FURG, é quem dá apoio ao Programa Antártico Brasileiro. Eu acredito que Porto Alegre deva participar muito mais disso. Aliás, este é um dos compromissos que trago: a questão da pesquisa, da posição geopolítica, da nossa presença política, da questão territorial e outras tantas que são estratégicas para o Brasil no momento presente e para o futuro. Amanhã ou depois, prevê-se uma crise hídrica no mundo, a Antártica é o último refúgio onde se podem buscar essas questões e outras tantas que são estratégicas para a própria vida no planeta Terra, em momentos em que se preveem no futuro. Portanto, o Rio Grande do Sul é, sabemos todos nós, o Estado mais meridional do Brasil. E o Rio Grande do Sul tinha que estar muito mais vinculado a essas questões, até porque as questões da intempérie aqui também se representam muito mais firmemente.

Por último, eu quero trazer outra questão aqui. Nós ficamos baseados em Punta Arenas e fomos na base na Antártida, que são três horas de voo. Hoje contribuo com a minha bancada, e quero trazer a discussão sobre a questão do plástico. Todo o Cone Sul da América Latina, especialmente ali no Estreito de Magalhães – foi esse navegador português que, em 1517, sem nenhum recurso tecnológico, saiu de Portugal e deu a volta ao mundo –, toda aquela região ali não só está discutindo como também baniu o plástico em toda aquela região, a municipalidade de Punta Arenas e todas aquelas províncias. Então, é uma discussão que está presente aqui e que eu trago somente à guisa de informação, porque nós estamos discutindo isso. Acho que também, quando nós falarmos em sustentabilidade e quisermos pensar em Porto Alegre numa capital sustentável, se quisermos pensar no nosso planeta como um lugar muito melhor, é bom sabermos que, aqui próximo de nós, nas províncias aqui do Cone Sul, essas questões também já estão sendo tratadas.

Era esse o relatório de viagem que eu queria fazer. Agradeço, mais uma vez, à Força Área Brasileira pelo apoio que dá, à nossa Marinha do Brasil, a presença heróica que faz naquele continente: são mais de 400 pessoas, Presidente Mônica, que se habilitam para ficar na Estação Comandante Ferraz, e somente 16, pelo seu perfil psicológico, é que são selecionados para permanecerem no inverno Antártico. A partir do mês de março até o

final de outubro do ano que vem, essas pessoas ficam num completo isolamento lá, não há como chegar. E o avião da Força Área Brasileira sobrevoa e joga as cargas, porque não se pode chegar nem por mar, nem por terra, somente jogar as cargas por via área. São nossos heróis que estão garantindo a bandeira do nosso País lá. E eu, com muita honra, em nome da nossa Mesa Diretora e da nossa Câmara, pude também levar a bandeira da nossa cidade de Porto Alegre. E digo que Porto Alegre e o Rio Grande do Sul têm que estar muito mais presentes na realidade desse desafio científico e territorial que o nosso País tem. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (14h59min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 192/17 por duas sessões.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da votação do PLL nº 117/17 por duas sessões.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.
Em votação Requerimento de autoria Ver. Cassiá Carpes, solicitando o adiamento da discussão do PLL nº 003/18 por duas sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLE nº 019/17. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas. Não é a primeira vez, Ver. Cecchim, que me acompanha atentamente, que nós nos deparamos com um projeto que trata justamente da alienação das chamadas, entre aspas, pequenas nesgas, que existem na Cidade e que o governo, e não é desta legislatura, já na legislatura anterior, diz que não é do interesse de ninguém, por serem muito pequenas, por estarem em determinado lugar e que, portanto, só resta vender àquele proprietário que está ali na frente. Esse proprietário pode ser um hotel, pode ser um condomínio, pode ser o que for, porque somente ele teria interesse na compra dessa pequena nesga. O projeto que nós estamos analisando, quero ressaltar aqui, mostra que não são tão pequenas as nesgas assim. São vários imóveis, alguns deles, cito os primeiros da lista: 39 metros quadrados, um pequeno pedaço; o segundo, 945 metros quadrados; o terceiro, 825 metros quadrados; o quarto, 470 metros quadrados; 595 metros quadrados; 1.042 metros quadrados e assim por diante. Então, vejam, não estamos falando, Ver. Cecchim, de nesguinhas pequenas em que não dá para construir; estamos falando de áreas em que é possível construir, edificar, enfim, fazer o que pode ou não ser feito.

Então, a nossa ressalva a este projeto é no sentido de que não há uma política pública do Município a não ser vender. Se nesgas fossem, tantas coisas poderiam ser feitas, poderiam ser entregues para uma associação comunitária, para a criação de hortas comunitárias, poderiam ser espaços de lazer, poderia haver uma infinidade de outros usos dessas áreas públicas, mas a Prefeitura, o Executivo... E quero lembrar que não é desta gestão, porque já nos deparamos aqui, na legislatura passada, com uma área em torno de 300 metros quadrados na 3ª Perimetral, uma área nobre da Cidade, e estava sendo entregue a um estabelecimento comercial, se não me engano a um hotel lá na Av. Carlos Gomes. Posso aqui estar equivocado se era um hotel, mas era um estabelecimento comercial.

Então nós divergimos por isso, porque não se tem aqui nenhuma discussão do que fazer e nenhuma destinação que atenda a interesse público, na nossa opinião, a não ser simplesmente a venda. Então, fica o nosso registro, lembrando que citei aqui as áreas em metros quadrados para mostrar que nós estamos falando de áreas se não extensas, mas

plenamente... Nem cito aqui os endereços, mas tem aqui na divisa com Rua Gen. Lima e Silva, na Av. Severo Dullius, em vários bairros, e não estamos falando aqui de bairros afastadíssimos da Cidade e de uma área que poderia não ser utilizada; estamos falando aqui que o projeto autoriza desafetar e alienar bens na região central de Porto Alegre. É disso que trata o projeto, por isso a nossa contrariedade. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 019/17.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho louvável a preocupação do Ver. Marcelo Sgarbossa, mas ele, certamente, por um lapso, não leu até o fim o projeto. O parágrafo único diz "que os próprios municipais relacionados nos incisos de I a VIII do *caput* desse artigo serão alienados por meio de licitação pública." Não tem favor nenhum. Se o Ver. Sgarbossa quiser, vai lá e compra pelo melhor preço. Eu acho que esse negócio de horta comunitária... Nós temos tantos terrenos para hortas comunitárias, não dá para botar uma horta comunitária lá na Av. Carlos Gomes, por exemplo, ou na Av. Senador Tarso Dutra; é meio difícil, é difícil até para colher.
Na época em que eu fui secretário da Indústria e Comércio, eu ajudei muito a criar hortas comunitárias lá na Lomba do Pinheiro, na Zona Sul, há muitos terrenos em que dá para fazer horta comunitária, em que as pessoas podem colher um pé de couve, uma alface. Agora, ali ao lado de uma avenida, não tem como, isso fica prejudicado pelo óleo, pela poluição. Então, só para esclarecer, não foi por má vontade do Ver. Marcelo Sgarbossa, tenho certeza disso, mas tem que ler o projeto até o fim: é por licitação pública. E eu sou a favor de que se vendam todos esses terrenos por licitação pública, todos, porque a Cidade tem demais, a Cidade não é uma imobiliária para ser dona de nesgas e de terrenos. Tem que usar esse dinheiro para infraestrutura, usar para organizar e reformar postos de saúde, usar esse dinheiro para serviços, até para tapar buraco, o que não pode é deixar criar matagal em próprios municipais. Muitos desses próprios estão sendo mal usados por pessoas que não tem nada a ver e em nada ajudam o Município e muito menos ajudam os munícipes. Então, estou de acordo em aprovar esse projeto e de

acordo com que se faça uma lista total de todos esses imóveis improdutivos que a Prefeitura tem, que se venda e se coloque esse dinheiro, especificando, em serviços, em obras que revertam para a população. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL nº 019/17.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas, eu subo à tribuna apenas para esclarecer que, sobre o projeto, eu concordo com o que o Ver. Idenir Cecchim trouxe aqui, acho que nós sabemos a realidade financeira das contas públicas não só da cidade de Porto Alegre, e repetidas vezes eu subo aqui e lembro que não é uma exclusividade de Porto Alegre. Eu quero dizer para vocês que os imóveis, tanto um imóvel no bairro Jardim Carvalho quanto no bairro São João, no bairro Jardim do Salso, na Medianeira, no Centro Histórico, no bairro Santana, na Chácara das Pedras, estão todos os endereços aqui para quem quiser saber. Nós enfrentamos nesta Cidade um grande problema também de espaços ociosos, que podem, sim, contribuir para que nós possamos amenizar o grande problema de finanças, mas também temos a questão da segurança pública envolvida aí. Às vezes, nós não nos damos conta de que há uma série de terrenos baldios nesta Cidade – que questionamos, às vezes –, que são pontos de uso de drogas, que são motéis a céu aberto – desculpem o termo –, causando insegurança, zonas escuras na Cidade. E, infelizmente, alguns desses imóveis, desses bens são, sim, patrimônio do Estado, do Município. Então, nós somos totalmente a favor de que esses imóveis elencados nesses locais da Cidade sejam, sim, alienados, de uma forma pública, transparente, como disse o Ver. Idenir Cecchim, sem proteger quem vai adquirir ou não.
Quero também aqui deixar claro que é vedado que os recursos oriundos desses bens sejam utilizados em outros locais que não na questão dos investimentos do Município. E quem aqui vai ser contra a investir nesta Cidade? Quem aqui vai ser contra a opinião pública e notória de que nós estamos, sim, precisando de investimentos? Somos a favor do projeto, somos pela aprovação da matéria. Muito obrigado, Presidente.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 019/17.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.ª Mônica Leal, colegas vereadoras, vereadores, o projeto trata daquilo que, comumente, nós denominamos nesgas de terra. Sou o relator na Comissão de Constituição e Justiça e dei um parecer favorável à venda dessas nesgas. Explico. Acho que o governo, que chora as pitangas por não ter recursos, não pode deixar nenhuma nesga de terra devoluta. Eu dei um parecer favorável para que se venda e se utilize, devidamente, esse recurso, não para fazer propaganda, como quer o governo, e gastar R$ 34 milhões. Não! Para isso não, mas é para contratar servidores onde não tem, é para pagar as creches comunitárias, tapar buracos, resolver problemas que ajudem a Cidade a ser melhor.

Conversando com o líder da nossa bancada, Marcelo Sgarbossa, nós, da nossa bancada, Sgarbossa, Oliboni, Comassetto e eu, vamos começar, no próximo período, a propor uma política de ocupação de todo e qualquer espaço da Cidade para a agricultura urbana. Vamos propor que se retome, já que, em alguns lugares, em algumas escolas, já fazem e fazem bem, hortas educativas, como a do Ana Íris do Amaral. Eu fui lá e achei maravilhosa aquela horta, que é cuidada por professores e alunos, como já vi em outras escolas. Nesse sentido, nós queremos que se espalhe a produção de verduras e legumes por esses espaços devolutos. Nós temos, inclusive, um espaço – o que me envergonha, porque é uma das coisas que eu não dei conta quando fui secretário – num terreno, na Cidade Baixa, no qual, tentamos, Ver. Cecchim, várias formas, mas a burocracia às vezes nos impede de fazer o que nós deveríamos fazer. Mas quero retomar e vou tratar dessa questão, no mínimo, com quem já passou por aquela secretaria, o Cechim, o Valter, o Dr. Goulart. Nós mesmos passamos pela secretaria e temos que nos dar conta de algumas questões que são para o desenvolvimento econômico e social da Cidade. Não pode mais existir qualquer trecho de chão devoluto nesta Cidade. Se não servir, se agrega e se oferta ao vizinho, ao lindeiro, que ele compre, pague, se utilize para o bem-estar da coletividade da Cidade. Em outros espaços, vamos trabalhar para sua utilização numa política verdadeiramente de sustentabilidade, fazendo com que a gente possa plantar, plantar e colher saúde.

Eu tenho dois projetos aqui que tratam, inclusive, das paredes verdes, coisa que nós, na Comissão Especial, com o Ver. Carús, com o Ver. Pujol, já colocamos no projeto que acabou de sair da Casa, finalmente, e está no Paço Municipal para a análise e sanção do prefeito municipal. Que não tarde esse e não tardem outros projetos. Hoje votarei favoravelmente a esse projeto com o parecer que pude dar na CCJ. Daqui para frente, vou verificar, fazendo pedidos de informações sobre nesgas de terra, eu vou propor a imediata utilização para o plantio, conforme meu colega de bancada apontou aqui anteriormente. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 019/17.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Ver.ª Mônica, Presidente da Casa. Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Por que eu estou propício a votar este PL do Executivo, da alienação de imóveis? Em primeiro lugar porque a Prefeitura tem uma comissão de alienação de imóveis que aprovou a venda dessas áreas. Segundo, conforme a Constituição, o recurso obtido por meio de alienação de bens, receita de capital, só pode ser utilizado para investimento, estando vedada a utilização para custeio. Para concluir, quando eu vi aqui o Ver. Sgarbossa se pronunciar, eu fiquei preocupado, porque, sempre que tem um projeto, seja do Legislativo, seja do Executivo, eu olho como foi sua votação e quem foi o relator na CCJ. Ao ver o Ver. Adeli Sell como relator, meu colega em outras oportunidades, reconheci que se trata de um parecer bem balizado, sobre o qual ou o Sgarbossa não conversou com o relator ou não admitiu. Parece-me que, com a subida, fazendo um discurso defendendo o seu parecer, o Ver. Adeli o tenha convencido. Até porque a gente vai no “é contra, porque é contra” ou “é a favor, porque é a favor”. Não! Tem que ter argumento, e o meu argumento, numa comparação legítima, franca, entre o Ver. Adeli e o Ver. Sgarbossa, eu dou mais crédito para o Adeli, pelo tempo que nós nos conhecemos e pelo seu perfil, do que, às vezes, ao radicalismo do Sgarbossa.
Então, nesse aspecto, concluo dizendo que vou votar a favor porque o relatório do Ver. Adeli e mais as questões da Constituição e do conselho, o qual faz a análise dentro da

Prefeitura, nós temos aí três balizadores que me deixam, confortavelmente, a favor do projeto do Executivo. Como disse aqui o Ver. Cecchim, áreas que às vezes não têm muita validade, estão em regiões que não têm muita valorização, ou não cuidam, são mais terrenos abandonados pela Cidade. Eu acho que o Executivo Municipal e Estadual, falando aqui no nosso Estado, têm muitas áreas que podem ser vendidas sim. O Estado tem centenas, milhares de áreas que não são valorizadas e poderiam ser vendidas para fazer um custo, inclusive, às vezes, até ceder para a construção e, depois de 20 anos, viria o Estado com esta construção. Até isso se pode fazer no Município também. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 019/17.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sra. Presidenta, Ver.ª Mônica Leal, meus colegas vereadores e vereadoras, eu quero aqui fazer jus, desta tribuna, da sua função. A sua função é dialogar e mostrar as oportunidades que existem, além daquelas oportunidades oficiais aqui trazidas. Vereador Cassiá, Ver. Cecchim, Ver. Adeli, os senhores têm razão em dizer que o projeto está bem instruído, que o projeto está qualificado tecnicamente, juridicamente para ser votado, inclusive, conversando com o nosso colega Adeli Sell, ele expressava para nós aqui. Bom, eu não medi o tamanho das áreas sob o ponto de vista da engenharia para ver o que dá e o que não dá para fazer. Eu venho trazer a minha tese novamente, porque, nos 12 anos em que estive aqui como vereador, sempre no campo da oposição, a defendi e continuo defendendo. Nesta Casa, tem dois vereadores que foram diretores do DEMHAB, o Tessaro e o Dr. Goulart. Eles sabem que a maior dificuldade que o Município de Porto Alegre tem para construir habitação de interesse social é ter terra para construir. Eu quero convidar os colegas vereadores para novamente, em conjunto, nós fazermos esse debate e destinar essas áreas, em primeiro lugar, para o DEMHAB. Se o DEMHAB disser que não pode ser construída nenhuma habitação, podemos vendê-las e colocar num fundo para o desenvolvimento da Cidade. Nem vou dizer qual é o fundo que tem que ser. Eu pedi que a nossa assessoria pegasse o processo para mostrar essas áreas. Verifiquem aquela

área lá na Rua Mariano de Matos. Olhem a localização dela, é uma área com 900 metros quadrados. Eu quero dizer que, nesses dois anos, me dediquei, junto com outros profissionais, a construir habitações de interesse social, e temos construído muitas. Uma continha rápida: se aquela área tem 900 metros quadrados e a sua taxa de ocupação for de 60%, nós podemos ocupar 540 metros quadrados do piso da área. Na Mariano de Matos, certamente, é índice 2 ou 3, mas, se for 1,5, que é o mais baixo, nós podemos construir 1.350 metros quadrados. Nessa medida, 1.350 metros quadrados, divididos por 42, que é o tamanho da unidade habitacional de interesse social, numa continha rápida, dá para nós construirmos 30 unidades habitacionais. Os outros são maiores ou menores, Ver. Cecchim, é esse o diálogo que eu trago aqui, não é o diálogo que o processo não esteja bem. Eu acho que isso a Cidade merece.

Há poucos dias, estivemos discutindo com o atual diretor do DEMHAB, o Mário Marchesan, que é oriundo da Caixa Econômica Federal e tem conhecimento dos programas e dos projetos habitacionais, o que ele nos traz sempre é que não tem área para construir. Nós não temos áreas. E nós temos uma quantidade de áreas que estão aí, perdidas, de vez em quando, aparecem umas e outras. Ver. Cecchim, fizemos debate longo aqui, evitamos vender algumas áreas que seriam prejuízo para o Município, mas, então, é esse o diálogo que nós gostaríamos de fazer. Esse processo já está aí, já está acordado pela base, tem parecer? Está bem, mas eu quero registrar aqui que não é a discordância, é um outro olhar que nós podemos ter sobre essas áreas. Tem uma na Rua Vicente da Fontoura, quase esquina com a Av. Bento Gonçalves, onde as pessoas podem morar. Os ônibus para a universidade passam ali, os ônibus para o Centro passam... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...ali na Av. Bento Gonçalves. A cidade que nós precisamos construir é a cidade em que as pessoas morem o mais perto possível dos seus locais de trabalho e dos seus locais de estudo, não longe, para lá da Restinga ou para lá do Rubem Berta. Nós temos que trazer as pessoas para o Centro. O debate que nós precisamos fazer é sobre os mais de 30 prédios que nós temos fechados no Centro de Porto Alegre, com dívidas imensas de IPTU. Por que não montar um programa municipal de habitação de interesse social e colocar essas pessoas a morar no Centro de Porto Alegre? Quem não gostaria? Até nós gostaríamos. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 019/17.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica, vereadores, vereadoras, público que assiste esta Sessão pela TVCâmara. Eu queria, em nome do PSOL – do Ver. Alex Fraga e da Ver.ª Karen –, sustentar este projeto do governo, que é um projeto que, é verdade, não teve objeção jurídica. O parecer da CCJ foi um parecer pela inexistência de óbice, mas, politicamente, é mais um projeto que a Câmara de Vereadores não discute como deve discutir. É um projeto que não passou pelo debate das Comissões e está sendo posto em votação a partir da aplicação do art. 82. Portanto, nesse prazo de 45 dias, depois da entrada do projeto aqui na Câmara de Vereadores, não ter debate nas Comissões é muito ruim. Esse projeto, embora não seja estrutural, ele é um projeto que aliena patrimônio, e todo projeto que aliena patrimônio deve ser bem discutido. O Ver. Engº Comassetto colocou um ponto que, do nosso ponto de vista, é um ponto central. Nós acreditamos...

Vereador Mauro Pinheiro (REDE): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador, mas está aqui o relator da CCJ, que foi o Ver. Adeli Sell, dizendo que pela inexistência de óbice jurídica... Diz que não passou pela Comissão?

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Pela CCJ passou, Ver. Mauro. O que eu disse é que não teve um profundo debate nas Comissões. Ver. Mauro Pinheiro, seria bom se o governo quisesse realmente fazer um debate mais profundo na Câmara, discutir no âmbito da CUTHAB, por exemplo. Por que eu digo isso, Ver. Mauro Pinheiro? Pelos argumentos do Ver. Engº Comassetto, como é alienação de terrenos e imóveis e como nós sabemos que, infelizmente, o DEMHAB tem uma ausência quase completa de política habitacional, nós temos uma oportunidade de fazer um debate desse tipo, qualificando. Eu te dou um exemplo...

Vereador Mauro Pinheiro (REDE): Mas esse projeto é de 2017, então ele está na Câmara de Vereadores há dois anos.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bem, mas cabe ao governo, se tem interesse de fato, de produzir boas políticas públicas, fazer bons debates. Eu te digo isso por quê? Embora esteja há dois anos na Câmara de Vereadores, Ver. Mauro Pinheiro, o parecer do procurador é diferente. Veja só a gravidade da situação: embora esteja na Câmara de Vereadores o projeto, o próprio procurador diz que o projeto do governo não tem as informações referentes aos imóveis necessárias. O procurador diz que não há um cálculo da metragem do valor por metro quadrado. Então, do ponto de vista nosso, isso tem importância! Porque não basta, como disse o Ver. Cecchim, que ele seja alienado por licitação. A licitação é *a posteriori*, ela vem depois da aprovação.

Então, nós acreditamos que os vereadores têm, sim, que cumprir a sua obrigação de fazer uma análise detalhada dos bens, dos imóveis que vão ser alienados. O Ver. Engº Comassetto deu um exemplo de utilização desses imóveis para uma política de habitação popular. Há outras possibilidades: há a possibilidade de utilizar, por exemplo, a riqueza e o patrimônio da Prefeitura para incentivar a política cultural, a ocupação melhor dos espaços públicos. O governo, simplesmente, como não tem uma política efetiva de utilização democrática dos espaços públicos diante de um imóvel, diante de um terreno que é patrimônio público, ao invés de pensar uma política de utilização desse patrimônio, o governo simplesmente aliena o patrimônio sem sequer apresentar para a Câmara os dados econômicos que permitam que se faça uma fiscalização efetiva inclusive da venda posterior desse patrimônio, que se faça uma fiscalização efetiva inclusive do edital da licitação. Não é o problema só de ter a licitação, é de ter um estudo sério sobre o valor econômico do imóvel, dos terrenos, da metragem na região determinada da Cidade e, a partir desse estudo, os vereadores votarem. Agora, os vereadores aqui votam com cheque em branco para o governo Marchezan alienar o patrimônio da Cidade. Nós acreditamos que os vereadores não têm que dar cheque em branco para o governo Marchezan. Se está há dois anos esse projeto aqui na Câmara, era obrigação do governo fazer um projeto melhor, um projeto que dissesse exatamente o que o governo quer vender. Mas o governo quer vender, porque quer vender. O governo quer alienar patrimônio, quer liquidar riqueza pública que poderia ser utilizada para se realizar políticas

públicas ou de moradia, ou de cultura, ou mesmo de agricultura familiar como aqui apareceu... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLE nº 019/17.

VEREADOR ANDRÉ CARUS (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, primeiro, há dois princípios colocados nesse projeto que atendem a legalidade, Ver. Idenir Cecchim; e segundo, a correta destinação daqueles bens que são de propriedade do Município, mas que estão hoje sem nenhuma destinação concreta, sem nenhuma utilização. E o segundo ponto que atende literalmente a legalidade, Ver. Ricardo Gomes, é a realização de licitação pública para que sejam, na medida em que esta Casa aprova a desafetação, escolhidos os novos detentores dessa propriedade e respeitem, por óbvio, a vocação dessas áreas.
Eu concordo até com que diz o Ver. Engº Comassetto que, em projetos futuros que venham para esta Casa com essa mesma natureza, com essa finalidade, se faça uma priorização de análise daqueles que podem, quem sabe, servir para habitação popular. Porque há um déficit habitacional na cidade de Porto Alegre, não por culpa do Poder Público exclusivamente, mas também pela crise econômica, pela falta de recursos federais principalmente que financiaram, até bem pouco tempo, programas como Minha Casa, Minha Vida, entre outros que o DEMHAB já projetou na Cidade.
Mas aí eu vou entrar numa seara, e nós já temos e vamos priorizar, daqui algumas semanas, um pedido de comissão especial para que se analisem os prédios abandonados na Cidade, sejam eles públicos ou privados, e também os espaços públicos ociosos. Só de áreas verdes complementares, para usar o português bem claro, áreas que deveriam ser praças, mas não estão urbanizadas, são quase 100. E sabe onde elas estão na sua grande maioria? Na periferia da Cidade, onde falta o espaço público para o cidadão, onde ele não tem nenhuma opção. E essa juventude que não tem espaço público para praticar esporte, para usufruir com lazer, fica nas esquinas à mercê da criminalidade, da boca de tráfico, da desocupação e do ócio que, muitas vezes, ela também não tem por falta de acesso à educação que não lhe é oportunizada.

Então, eu saúdo aqui até porque faz dois anos que este projeto está tramitando aqui, na Casa, e ele oportuniza a realização de licitação pública tão logo seja aprovado. E, mais do que isso, faz com que esta Câmara corrobore com aquilo que nós sempre combatemos: que recursos sejam destinados prioritariamente ou exclusivamente, como é o caso dessa proposta, para investimento e que sejam investidos naquelas áreas que são mais reclamadas pela população, e não caiam na vala comum do caixa único. Nós vamos aqui desafetar áreas importantes e, na sua maioria, localizadas na região central. O recurso delas, havendo essa venda, não vai cair na vala comum do caixa único, muito pelo contrário, vai cair como recurso voltado para os investimentos, porque muitas vezes partidos que combatem essa matéria para fazer a crítica pela crítica, entendem que responsabilidade fiscal é palavrão e não concordam simplesmente por não concordar, e aí fazem o proselitismo que é próprio daqueles que querem apenas a obstrução e não o avanço da Cidade. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 019/17.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero apenas fazer um esclarecimento ao Ver. Roberto Robaina que trouxe à pauta o parecer da Procuradoria, que termina dizendo (Lê.): “Sinale-se, apenas, que o processo não contém elementos relativos aos imóveis objetos de desafetação e alienação (títulos de domínio, etc.)”. Na página anterior, folha 5 dos autos, há um despacho ao Ver. Moisés Barboza para ciência do parecer da Procuradoria. Página nº 5, verso (Lê.): “À Diretoria Legislativa, para encaminhamento da Procuradoria. As informações solicitadas no despacho da Procuradoria encontram-se no CD já existente no processo”.
Então, as informações dos imóveis estão acompanhadas em meio digital, como disse o Ver. Carús, não há qualquer óbice de natureza legal, foi a análise feita pela CCJ, inclusive. E, aliás, quanto ao mérito, o Município de Porto Alegre tem como função prestar serviços básicos e não ser proprietário de terras, não ser explorador imobiliário. E o papel do Município é, portanto, desfazer-se de seus imóveis para poder prestar os seus serviços.

Não dá para acreditar nessa versão de que tem dinheiro para tudo, de que não precisa vender nada, não precisa cortar gasto, aumenta a despesa e o dinheiro aparece. Isso é uma fantasia que não dá certo em nenhum lugar do mundo.

Ainda bem que não são só nesgas, Ver. Marcelo Sgarbossa. Ainda bem. E tomara que, quanto maiores os terrenos do Município, mais rápido, ele os ponha à venda, porque são terrenos que, quanto mais valiosos, mais rápido devem ser vendidos, porque promoverão o desenvolvimento, trarão empresas, trarão desenvolvimento na construção, trarão residências, trarão IPTU para a Cidade. Quanto maior o terreno, mais rápido deveria o Município desfazer-se dele. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex está com a palavra para discutir o PLE nº 019/17.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, boa tarde, Paulinho Motorista. Eu gostaria de apontar algumas diretrizes ou algumas observações para essa discussão que está transcorrendo na tarde de hoje. Nós temos aí uma extensa listagem de imóveis, e justamente, pela proposição que vem do Executivo a esta Casa Legislativa, está sendo proposta a desafetação e alienação futuras. Eu e minha equipe analisamos esses imóveis, e alguns deles são muito bons, existem ali algumas casas, existem alguns terrenos, alguns bastante extensos, inclusive. Bem, a Prefeitura Municipal desta Cidade aluga espaços, loca salas, andares de prédios, para que justamente os equipamentos, os serviços continuem sendo prestados para a nossa população. Se existe uma grande quantidade de próprios municipais, assim como disse o Ver. Idenir Cecchim, a Prefeitura não deve ser uma imobiliária, não deve cumprir a tarefa de imobiliária, muito menos eu acredito que a Prefeitura tem que recorrer a imobiliárias para lhes dar lucro. Esses espaços poderiam ser melhor utilizados. Em vez da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC alugar casas para desenvolver albergues, nós poderíamos utilizar essas casas, que, com pequenas reformas, poderiam ser destinadas a acolher crianças e adolescentes. Ou seja, está faltando um pouco de bom senso, podemos melhorar a sintonia das falas. Que a Prefeitura não deva ser uma imobiliária, eu concordo, mas existe um déficit habitacional enorme neste Município! Estima-se que

aproximadamente 70 mil famílias não tenham imóvel próprio e que a maioria delas estejam vivendo em condições precárias. Não há nenhum tipo de movimento nesta Cidade para garantir ou oferecer a esta população condições dignas de residência, de habitação, que é um direito do cidadão garantido pela Constituição Federal, a nossa lei maior neste País – o direito à moradia. Não há um programa nesta Cidade de regularização fundiária, o prefeito propôs, ou tentou implementar por duas vezes, por dois anos seguidos, a reestruturação da planta de valores do IPTU. Propôs uma vez, retirou; propôs a segunda, retirou... Mas por que não um projeto sério encabeçado pelo DMAE, pelos técnicos do quadro para regularizar as áreas de Porto Alegre onde há uma habitação completamente irregular? Regularização. Permite-se que essas famílias tenham acesso a financiamentos para que possam melhorar as suas casinhas, as suas residências, dando um pouco mais de dignidade. Talvez, nós não tivéssemos neste Município uma desigualdade tão grande se houvesse boa vontade e sensibilidade por parte dos governantes. Mas, infelizmente, parece que o lucro sempre tem que ditar as regras do jogo, para lamento de todos nós. Não podemos aceitar que o dinheiro seja o nosso norteador. Nós precisamos, todos, independentemente de ideologias ou matizes políticas, lutar por uma condição mais digna para a nossa população e pela minimização das grandes desigualdades sociais que entristecem a todos. Um abraço a todos.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLE nº 019/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**.
Apregoo o Requerimento de autoria dos vereadores Adeli Sell, Márcio Bins Ely e Toninho do Táxi (Lê.): “Nos termos regimentais, solicitamos a inclusão da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude no rol de Comissões com competência para analisar o PLCE nº 002/19”.
Comunico que encaminharei para a Procuradoria para parecer.

Vereador Mauro Pinheiro (REDE): Presidente Mônica, eu, de imediato, não sei nem quem compõe a CECE, quero seguir o que sempre foi feito aqui, sempre a Diretoria Legislativa, através de procedimentos de escolha conforme a afinidade de cada comissão

em relação aos projetos, indica quem participa das comissões conjuntas. Eu gostaria que fosse mantido o que está previsto, sempre na legalidade e no nosso Regimento. A Diretoria Legislativa, junto com a presidência, definem quais comissões participam pelo seu fim. Por exemplo, educação com um projeto ora em discussão, eu não vejo por quê. Eu gostaria que fosse mantido aquilo que foi definido pela Diretoria Legislativa, junto com a presidência. Muito obrigado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sra. Presidente, até porque não dá para mudar as regras depois do jogo iniciado. Acho que esse é o maior argumento que nós temos e o melhor argumento. Não se mudam as regras depois do jogo começado.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): Eu não sou o autor do requerimento, obviamente, mas sou o presidente da CECE, e gostaria muito de participar desse tipo de discussão, mesmo porque boa parte dos servidores que serão impactados por conta desse projeto são professores do nosso Município.

Vereador Ricardo Gomes (PP): Sra. Presidente, só para acrescentar ao que já disse o Ver. Mauro Pinheiro, a decisão de convocar as comissões para uma reunião conjunta das comissões amanhã foi deliberada neste plenário. A convocação foi exarada ainda na semana passada, ao silêncio dos colegas, portanto entendo que essa matéria inclusive ficou precluída, em razão de ter sido votado e aprovado no plenário o requerimento e lida e comunicada no plenário a convocação para a sessão de amanhã. Portanto, entendo que há até preclusão do tema com o silêncio dos colegas que, no momento certo, não se manifestaram; não podem, a qualquer momento, fazê-lo, sob pena de embaraçar o andamento adequado do projeto sob o regime de urgência. Obrigado.

Vereador Adeli Sell (PT): Permita-me, V. Exa., pedir para manter o nosso Requerimento, não se trata de uma preclusão, porque nós estamos com o processo em curso, em tempo hábil, segundo o nosso Regimento. Claramente em tempo hábil, não há preclusão. Eu me baseei no art. 28 e no art. 39 do Regimento, como claro e objetivamente está posto no Requerimento. Já aconteceu, em outros momentos, verificando-se uma omissão, um esquecimento, um lapso, nós buscamos que uma determinada comissão, pela

importância do projeto, pelas atividades atinentes a essa comissão, como é o caso, por exemplo, de discutir serviços, equipamentos, programas culturais, educacionais, esportivos, recreativos, de lazer. Isso pega, basicamente, mais de um terço dos servidores públicos municipais, já que a categoria de professores e da saúde são as duas grandes categorias profissionais. A CECE deve estar, com base nesses dois artigos, presente na reunião conjunta de amanhã, na quarta-feira ou no dia para o qual elas forem convocadas.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito os registros. Encaminharei para a Procuradoria, aguardando a orientação técnica.

Vereador Mauro Pinheiro (REDE): Presidente, retorno, mais uma vez, até porque me veio à lembrança, como foi aprovado, em plenário, pelos vereadores, acho que qualquer modificação, espero que não seja feita, mas, se for feita, deve ser votada em plenário, porque o que foi decidido foi por votação em plenário. Então, os vereadores já decidiram que participarão três comissões: CCJ, CEFOR e CUTHAB. Portanto, qualquer coisa que for feita diferente do plenário, que é soberano a tudo nesta Casa, teria de ter uma nova votação. Portanto, acho que é melhor mantermos o que já foi decidido no plenário.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): Presidente, consultando o Regimento, rapidamente, pude notar que os artigos mencionados pelo Ver. Adeli Sell, artigos 28 e 39, não contemplam um embasamento que justifique esse pedido. Eles só falam sobre a competência que teria a CECE na questão, e é sobre a competência da CECE no que diz respeito ao mérito da educação no Município, mas não sobre o serviço público e a organização.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Acho que a Presidente já deu o encaminhamento correto. Foi feito um requerimento pelo Ver. Adeli Sell, solicitando o envolvimento de uma comissão importante na apreciação do projeto. E a senhora fez o encaminhamento: fará o levará ao procurador para parecer. A partir do parecer do procurador, nisso eu tenho acordo com o Ver. Mauro, vai caber ao plenário discutir e deliberar o tema – essa parte eu

aceito. O seu encaminhamento é o encaminhamento correto que deve ser cumprido e respeitado. Obrigado.

Vereador Mauro Pinheiro (REDE): Votação no plenário, desde que não seja prejudicado o que já foi decidido pelo plenário.

Vereador Ricardo Gomes (PP): Sra. Presidente, retorno ao microfone para garantir a higidez do que foi votado no plenário. Acho que os colegas fazem uma confusão ao querer postergar de alguma maneira a apreciação de amanhã, na reunião conjunta das comissões; eles terminam por fazer uma esdrúxula interpretação pela qual o parecer da Procuradoria se sobrepõe ao que foi votado no plenário. Foi votado no plenário a realização da reunião conjunta das comissões, e foram nomeadas, no requerimento que foi aprovado, as comissões que comporiam a reunião conjunta. Então, por mais que eu entenda o desejo dos colegas de que não seja realizada a reunião conjunta das comissões amanhã, estariam querendo fazer com que um parecer da Procuradoria se sobrepusesse à deliberação do plenário, e, se há um único consenso nesta Casa, é de que o plenário é soberano; se há um consenso nesta Casa, é a soberania do plenário, e foi o plenário que determinou quais as comissões teriam competência para a análise do PLCE nº 002/19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Só para esclarecer, conforme consta no próprio documento que eu recebi (Lê.): "Nos termos do art. 19, II, *b*, compete ao Presidente determinar ao 1º Secretário a distribuição de proposições, processos e documentos às comissões". Eu só envio ao procurador para receber uma orientação; em cima dessa orientação é que eu vou decidir, apenas isso.

Vereador Cassio Trogildo (PTB): Presidente, logicamente que V. Exa. deve se precaver, buscar todas as orientações, mas esse tipo de processo que trata da mudança do estatuto dos servidores é corriqueiro na Casa. Existem pilhas de pareceres da própria Procuradoria já tratando do mesmo assunto. Inclusive aquela questão da CEDECONDH ou CUTHAB, da questão do trabalho, que normalmente vem à tona, está pacificada, me parece, Presidente, a orientação da Diretoria Legislativa. Se a sua verificação junto à

Procuradoria não tiver nenhum efeito suspensivo, para que não seja em dissonância com o que o plenário aprovou. Logicamente, a realização da reunião conjunta amanhã, se eventualmente houvesse, inclusive, qualquer decisão posterior, até judicial, que dissesse que alguma outra comissão teria que participar, isso não seria impeditivo que se fizesse depois, em um outro ambiente, que não a realização da reunião conjunta de amanhã, que já está pacificada, com três comissões, com requerimento aprovado por este plenário.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Cassio Trogildo, não há efeito suspensivo, e eu vou decidir antes da conjunta, fique tranquilo.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, acho que V. Exa. está muito bem respaldada pelo plenário. Particularmente, com todo o respeito que eu tenho ao procurador ou aos procuradores, acho desnecessária essa consulta. Com todo o respeito que tenho a V. Exa. e aos procuradores, eu não concordo que, depois de o plenário ter decidido, se tenha que consultar o procurador ou os procuradores. Até porque eu já cansei de ter aqui muitas colaborações, digamos assim, dos procuradores que nós não concordamos.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Idenir Cecchim, quero lhe dizer que o procurador não irá decidir por esta Presidente, eu apenas encaminhei para receber uma orientação técnica – apenas isso. Quem decide é a Presidente.

Vereador Mauro Pinheiro (REDE) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação para que possamos passar a votação, em 1º turno, do PELO nº 004/17 para o final da priorização do dia de hoje. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
Solicito ao Ver. Reginaldo Pujol que assuma os trabalhos da presente sessão.

(O Ver. Reginaldo Pujol assume a presidência dos trabalhos.)

Vereador Mauro Pinheiro (REDE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Vinte e cinco vereadores presentes. Há quórum.

Vereador Ricardo Gomes (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do PELO nº 004/17, passar à discussão do PLL nº 020/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão do PLL nº 020/18, passar à discussão do PLL nº 378/17 e PLL nº 048/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 142/17 e do PLCL nº 014/17 por duas sessões.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Cassio Trogildo (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 148/16 e do PLL nº 109/14 por uma sessão.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.
(16h15min) Encerrada a Ordem do Dia.
Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Reginaldo Pujol, colegas vereadoras e vereadores, quero externar aqui algumas preocupações, e a primeira delas é sobre o tema do PLE nº 002/19. Nós queremos discuti-lo, queremos ouvir o povo de Porto Alegre, queremos ouvir todos os setores do funcionalismo público municipal. Todas as nossas ações serão nesse sentido com as formas legais e cabíveis, como foi agora há pouco com um requerimento que fizemos – eu, o Ver. Márcio Bins Ely e o Ver. Toninho do Taxi.
Dito isso, quero voltar a alguns temas que infernizam a vida dos moradores de Porto Alegre. Esta é uma cidade do atraso, do desdém, do jogar para frente de qualquer jeito, de qualquer forma, não importa o que aconteça. A Rua Riachuelo e a Rua Marechal Floriano continuam interrompidas no seu entroncamento. A Casa Azul pode cair, o infortúnio pode acontecer, mas não é só isso. Indo adiante, na Riachuelo, na frente da Casa de Estudantes CEUACA, de propriedade do Governo do Estado, tem um imenso buraco, uma cratera na calçada. A Prefeitura deveria acionar o Estado para arrumar a calçada e não o faz. Eu faço desta tribuna porque estou enviando, imediatamente, as fotos para Prefeitura e para o governo do Estado, antes que aconteça um infortúnio com algum transeunte passando ali. Não bastasse isso, a Rua Riachuelo anda suja, imunda de ponta a ponta. Mandei agora mesmo um ofício, que está sendo entregue neste momento nas mãos da Comandante Nádia com quem estive na semana passada, para tratar de

graves problemas de moradores de rua em vários pontos da Cidade. E hoje estou colocando um específico, não vou dizer agora, porque vou tratar isso com toda a tranquilidade, porque não se faz barulho em cima da vida tão difícil de morador de rua como alguns gostam de fazê-lo, quero tratar isso com toda a tranquilidade, com o respeito que o ser humano merece de nós, Ver. João Carlos Nedel, e que a secretária Comandante Nádia, nossa colega, eu tenho convicção, como discuti com ela na semana passada, leve essas questões adiante.

Nós estamos muito preocupados com a situação das praças em Porto Alegre. Eu quero falar especificamente do bairro Sarandi, das suas praças que estão abandonadas, mas uma delas, a Onze de Dezembro, está no breu. A Prefeitura nos comunicou que havia refeito a iluminação pública na praça Onze de Dezembro; não é verdade. Se alguém disse que foi e colocou iluminação, não é verdade. As pessoas são atentas, não iriam mentir. Ninguém foi lá, ninguém colocou iluminação na praça Onze de Dezembro e ela continua com lixo, matagal altíssimo e ao breu, escura totalmente. Não bastasse isso, em lugares de grande circulação de pessoas para escolas, para faculdades, para pegar ônibus, embaixo do viaduto Conceição e no seu entorno é um breu total. Acorde, prefeito! Saia do Facebook! Viaje menos e circule mais em Porto Alegre e V. Exa. verá o descalabro que Porto Alegre está vivendo. Uma Cidade para as pessoas, viva Porto Alegre... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Mauro Zacher (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, Ver. Reginaldo Pujol, eu e outros vereadores que aqui me acompanham estamos subscrevendo este Requerimento baseado num requerimento que o Simpa fez à presidência desta Casa, solicitando audiência pública para o PLE nº 002/19, que trata especificamente da carreira de nossos servidores, que merecem o devido tratamento e a discussão. Haja vista que este projeto já está priorizado para votar na quarta-feira, a Mesa Diretora já deferiu entendendo que, baseado na Lei Orgânica do Município, há respaldo para que seja feita essa audiência pública. Entendendo que a Mesa deferiu e que nós estamos com o projeto priorizado, estamos entrando com requerimento pedindo adiamento da votação na quarta-feira para que possamos, então, realizar audiência pública. Não há sentido fazer uma audiência pública posterior à votação do projeto no plenário. Diante disso é que entramos

com esse requerimento, pedindo, então, o adiamento da votação do PLE nº 002/19. Quero entregar a V. Exa., juntamente com os vereadores que o subscrevem, esse Requerimento.

(Procede-se à entrega do Requerimento.)

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Recebo o Requerimento do ilustre Ver. Mauro Zacher, não vou deferi-lo de imediato, ainda que estejamos em vias de concluir a presente reunião, todos os espaços que já deveriam ter sido realizados. A decisão de adiar implica na suspensão de uma decisão majoritária do plenário da Casa, razão pela qual eu entendo que o seu requerimento, para que pudesse ter algum efeito concreto, teria que, objetivamente, ser colocado em discussão para colher a deliberação do plenário da Casa. Obviamente, isso determinaria que, para minha maior tranquilidade, eu ouvisse a nossa Diretoria Legislativa, em face da circunstância específica e altamente significativa, com consequências inequívocas que gerariam discussões de toda a ordem.
Então, nessas condições, sabendo que serei bem compreendido por V. Exa., não defiro o seu pedido, tendo V. Exa., inclusive, a possibilidade de, inconformado, recorrer da nossa decisão.

Vereador Ricardo Gomes (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quorum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.
(16h28min.) Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.